



**COMEMORAÇÕES DO 263º ANIVERSÁRIO DO  
MUNICÍPIO DE OEIRAS – SESSÃO SOLENE**

**7 de junho de 2022**

*Jardins do Palácio Marquês de Pombal*

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**

Dr. Isaltino Morais

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bissau, Professor Luis Simão Enchama,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Doutor Ricardo Cruz,

Senhora Juíza Presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, Doutora Gabriela Lopes Feiteira,

Senhora Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca de Lisboa Oeiras, Doutora Luisa Verdasca Sobral,

Senhoras e Senhores homenageados,

Senhoras e Senhores representantes das forças vivas do nosso Concelho,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Celebramos hoje o dia fundador do nosso Município. O momento inicial a partir do qual a nossa comunidade se auto organizou até ser aquilo que é hoje: um território comum de desenvolvimento, qualidade de vida para todos e de inovação.

A marca de inovação e de transformação da vida das pessoas foi, quase sempre, a marca de Oeiras desde os seus primórdios até a atualidade.

Esta marca decorre do facto do Município ter sido fundado por Dom José I, para ser entregue a Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, o maior governante da história do nosso país, o grande transformador de Portugal.

Poucos anos depois da constituição de Oeiras como Município, em 1770, foi aqui (exatamente neste espaço) organizada a primeira exposição industrial que se realizou em Portugal, onde se reuniram todo o género de produtos industriais que então se fabricavam no País, tendo as autoridades do reino convocado todos os donos de fábricas a armar barracas e mostruários onde exibissem os seus produtos e mostrassem os progressos das suas manufaturas.

Aquele momento marcou o início da revolução industrial no nosso país e, em grande medida, o primeiro momento de inovação de Oeiras.

Àquela fase de forte modernização de Oeiras, correspondente também à modernização de Portugal, sucedeu um longo período de dificuldade organizativa. Sucederam-se historicamente as invasões francesas, o rotativismo do século XIX, a queda da monarquia e implantação da República, a I e II Guerras Mundiais e o obscurantismo do Estado Novo.

(Senhor Prior Sérgio não referi na minha introdução que foi uma missa muito bonita.)

Depois do impulso inovador inicial, Oeiras foi sendo progressivamente remetido à condição de ser um território descaracterizado, com poucas referências agregadoras da

comunidade, com núcleos populacionais pouco ligados entre si, sem infraestruturas ao nível de vias de circulação, dos equipamentos ou, mesmo, de saneamento básico.

O Concelho de Oeiras que encontrámos em meados dos anos oitenta, era um subúrbio deprimido. Com cerca de dez da população a viver em barracas miseráveis, alguns milhares em AUGIs (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) – vulgo: bairros clandestinos, com uma estrutura económica assente numa agricultura de subsistência pouco competitiva, que combinava com indústria poluente.

Esse Concelho, e esse território, do qual hoje poucos se lembram, apesar da magnitude das transformações que aqui tiveram lugar, era um lugar de pouca esperança. Para lá da memória dos tempos de Pombal e dos sonhos por dias melhores, pouco mais havia no nosso Concelho do que um imenso potencial, no qual poucos acreditavam.

A Oeiras de hoje é um produto de “Abril”. Oeiras é resultado da Democracia que os portugueses souberam impor; da comunidade de Direitos Fundamentais que qualquer democracia gera; e, da opção dos Pais Fundadores da nossa Democracia em sermos membros da Comunidade Económica Europeia, mais tarde União Europeia.

A marca principal da nossa comunidade é constituir-nos enquanto comunidade de Direitos. As nossas políticas públicas, cujos resultados são conhecidos, constituem não mais do que a materialização dos Direitos Fundamentais, constitucionalmente previstos.

Continuamos, em 2022, a ver na pessoa humana a medida de todas as coisas e o fim último da nossa governação.

Foi para a “pessoa”, sua felicidade, bem-estar e sua realização enquanto indivíduo e elemento da comunidade que trabalhámos incessantemente.

É para a “pessoa” que continuamos todos os dias a sonhar, a desejar, a trabalhar e a colocar as nossas forças e energias ao serviço da causa maior. O Bem comum!

Como tal, é para as pessoas de Oeiras que hoje fazemos esta alocução, bem diferente de todas as outras que neste dia no passado fizemos, por que mais do que identificar ponto a ponto realizações, esta é uma intervenção justificativa e explicativa dos elementos filosóficos, e ideológicos das nossas políticas.

Como sabem os presidentes de câmara gostam de falar nos projetos e nas obras e em edições anteriores do Sete de Junho, reconheço, faço aqui uma espécie de ato de contrição, era muito fastidioso. Até dava sono. Porque o elenco de tantos projetos e obras era muito fastidioso, de facto, mas era um prazer enorme e continua a ser, naturalmente, expressar publicamente aquilo que se está a fazer. Portanto, se agora fosse citar aqui, todos os projetos e obras, enfim, nunca mais parava. De maneira que poderei falar pontualmente num ou noutro caso, a título de apontamento.

Hoje, mais do que nunca, mergulhamos na razão de ser e na explicação da bondade das nossas políticas. Afinal, elas são para Vós, a quem servimos.

Senhoras e Senhores,

A Oeiras de hoje decorre, como referimos do processo democratizador de Portugal e de aqui terem sido, ao longo de

diversos ciclos de desenvolvimento, implementadas políticas públicas que visavam cumprir o que a Constituição da República Portuguesa enuncia.

Para o fazer foi preciso organizar o território, ordenando-o e planeando a décadas de distância, preparando caminho para o Concelho que queríamos construir.

Quando o nosso primeiro Plano Diretor Municipal foi aprovado, em 1994, Oeiras era já o município do país com mais planos de pormenor aprovados, recuperando a marca de inovação de Pombal, e implementando uma cultura de planeamento na gestão municipal que ainda hoje se mantém.

A primeira década na União Europeia, que coincidiu com a nossa primeira eleição, correspondeu este período inicial de planeamento do território, mas, também, de forte investimento na Habitação.

As políticas de habitação de Oeiras constituíram uma componente importante para a definição do nosso futuro que estávamos a contruir para todos, enquanto elemento essencial da estruturação da família, o fundamento de qualquer comunidade.

(E vejam bem, que na Área Metropolitana de Lisboa (AML) ainda há milhares de famílias a viverem em barracas.)

A casa é o castelo da família, repetimos. Quem não tem casa não tem nada, diremos até à exaustão.

Quem não tem casa não pode ter uma vida digna. Não tem teto, não tem refúgio, não tem abrigo. E, nestas condições, também não pode ter acesso à educação, acesso à cultura ou mesmo à saúde.

Como poderíamos desenvolver uma comunidade assente nos direitos fundamentais de “Abril” sem desenvolvermos uma política pública de habitação que possibilitasse que cada munícipe tivesse direito ao seu castelo?

Quando o primeiro Plano Especial de Realojamento foi aprovado pelo Governo da República, em mil novecentos e noventa e três, Oeiras já tinha, por si só, cumprido mais de trinta por cento do plano para a erradicação das barracas.

Aquele Plano Especial de Realojamento, que muito tem de Oeiras no seu espírito e na sua formulação, reconheceu uma chaga social que Oeiras já tinha atacado e que era inadmissível para qualquer governante que possa querer olhar nos olhos a população que serve.

A erradicação das barracas foi por si só um feito, mas serviu como elemento estruturante da nossa comunidade.

Elemento, esse, que mantemos em políticas de habitação de nova geração, reconhecendo o ciclo de pobreza que demora demasiado tempo a quebrar-se no nosso país, respeitando as dificuldades das classes médias empobrecidas para comprar ou arrendar casa aos atuais preços de mercado.

As nossas políticas de habitação dirigem-se também aos jovens, os donos do seu e do nosso futuro, ajudando-os a ter uma primeira casa, com políticas de habitação que também não os esquecem.

Serão mil e quinhentas novas casas até dois mil e trinta, em regime de renda acessível, e setecentos e cinquenta em regime de renda apoiada. Mas destas, mil duzentos e cinquenta deverão estar concluídas até dois mil e vinte e cinco. Todas elas, praticamente, são

financiadas no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). De resto, já abrimos concurso público. Estou mesmo convencido que o primeiro contrato de habitação que vai ser celebrado é, justamente, entre o Governo e a Câmara de Oeiras no dia vinte e quatro de junho.

Mas as vantagens das políticas de habitação não se resumem a quem recebe a casa. Há uma vantagem objetiva para a comunidade. A coesão social aumenta, o território valoriza-se.

Apenas uma comunidade coesa e um território valorizado têm condições para seguir uma estratégia de desenvolvimento de construção da cidade polinucleada como nós pudemos fazer.

A valorização do território conjugada com as políticas de ordenamento e planeamento, implica o seu enriquecimento.

A definição da estratégia de desenvolvimento de Oeiras trouxe as empresas, que vinham para uma comunidade coesa e um território valorizado.

Foi assim que transformámos as vantagens comparativas de estarmos no centro da Área Metropolitana de Lisboa, servidos pela A-5(A-Cinco), CREL, CRIL e IC-19 (IC-Dezanove), na vantagem competitiva de sermos organizados e seguros, termos o ambiente cuidado e os espaços verdes tratados.

Assim nasceu o conceito do Oeiras Valley, antes mesmo do Município ter transformado um conceito de organização e qualificação do território numa marca e numa assinatura.

O Oeiras Valley é a nossa marca e o nosso conceito de cidade: um território organizado e qualificado, em toda a sua extensão, de modo

a estar preparado para receber habitação de qualidade, empresas de conhecimento intensivo, universidades e centros de investigação.

(Todos gostam deste jardim. Quem não gosta? E só viram uma pequena parte. Se o vissem há uns anos, não ficavam tão satisfeitos. O Estado não tem jeito nenhum para cuidar destas coisas. Nenhum. Há coisas que têm de ser os municípios a tratar. Este espaço foi comprado à Fundação Gulbenkian. A Câmara comprou este jardim e o Palácio. A parte de cima é que foi o Estado que entregou a gestão à Câmara.)

É particularmente notório que são aqueles que não conhecem Oeiras há mais de quinze ou vinte anos, que não têm conhecimento do quão difícil foi construir o padrão de vida de que hoje usufruem, que não compreendem a estratégia. Muitos deles não compreendem sequer que Oeiras Valley é uma marca, uma assinatura, que não substitui o Município.

Mas são esses, que não compreendem e que não querem compreender, que se dizem defensores de uma Serra de Carnaxide que foi o Município de Oeiras que protegeu, ou das ribeiras que o Município ao longo dos anos salvou.

Foi o desenvolvimento destas políticas, de extrema atenção aos detalhes, e aos direitos dos munícipes, que nos permitiu captar as grandes empresas tecnológicas que hoje constituem o nosso tecido económico.

Se, há cerca de quarenta anos, Oeiras tinha agricultura pouco competitiva e uma indústria poluente, hoje, Oeiras representa trinta

por cento da capacidade tecnológica, em Portugal, e perto de treze por cento do Produto Interno Bruto do nosso país. Isto foi realizado num território com quarenta e oito quilómetros quadrados e menos de dois por cento da população do nosso país.

Um dos concelhos com menor dimensão territorial transformou-se no motor económico da Área Metropolitana de Lisboa. Ocupando o segundo lugar no volume de negócios do país, a seguir a Lisboa, com vinte e seis mil milhões de euros, seguido do Porto em terceiro lugar a uma distância de doze mil milhões, com catorze mil milhões de euros.

Os nossos prémios ambientais falam por si, os dados socioeconómicos são conhecidos, a faturação empresarial também. Todavia, há uma dimensão que pouco se conhece, mas da qual é importante falarmos, particularmente, quando se anuncia uma crise económica. Falo-vos da robustez financeira do Município de Oeiras.

Consultado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, é com enorme satisfação que constatamos o posicionamento socioeconómico de Oeiras. Em termos relativos, considerando a população e o território, ocupamos sempre o segundo ou terceiro lugar ao nível nacional. Em termos absolutos:

- Quinto em volume de receita cobrada;
- Quinto em valor de receita fiscal;
- Terceiro na receita de derrama;
- Terceiro na receita de Imposto Único de Circulação;
- Quarto no volume de despesa paga;
- Quarto na despesa com pessoal;
- Quarto na despesa com bens e serviços;

- Terceiro no volume de investimento pago;
- Quarto na despesa paga em correntes, capital e subsídios;
- Quarto na despesa paga com bens e transferências de capital;
- Quinto no valor de participações financeiras;
- Quinto no volume de disponibilidades reais;
- Quinto na eficiência financeira; e,
- Primeiro na receita de bens duradouros.

É esta robustez financeira, que soubemos ao longo do tempo construir, que nos permite as políticas públicas que garantem a nossa qualidade de vida e o nosso bem-estar.

É esta robustez financeira que permitiu construir e manter a comunidade do Oeiras Valley.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Fazemos esta celebração num tempo que devia ser de felicidade por estar à vista, aparentemente, o final da pandemia que nos retirou a vida como a conhecíamos.

Os últimos dois anos constituíram um impressionante desafio à nossa capacidade de resistência, resiliência, solidariedade e capacidade de organização.

Apesar das dificuldades globais, foi uma provação que soubemos superar. Não sem perdas, não há ninguém que não tenha perdido alguém decorrente desta pandemia. Familiares ou amigos, todos ficámos mais pobres, mas, em Oeiras (como noutras localidades, felizmente) soubemos unir-nos com vista a que, juntos, conseguíssemos ultrapassar mais esta montanha.

Da parte do Município foram investidos mais de vinte milhões de euros no combate à pandemia. Adquirimos todos os materiais de proteção necessários para os funcionários e para a população; ventiladores e equipamentos médicos de que o Serviço Nacional de Saúde estava carenciado.

Assegurámos estadia para médicos, enfermeiros, bombeiros e polícias, protegendo-os aos próprios e às suas famílias. Garantimos alimentação e abastecimento doméstico ou farmacêutico a toda a comunidade. Desinfetámos ruas e viaturas.

Montámos um impecável centro de vacinação, para o qual assegurámos transporte, servindo a quem não se podia deslocar.

Aprovámos ainda um fundo para apoio às micro e pequenas empresas, que mais perderam com a pandemia.

Na realidade, dissemos, desde o início desta pandemia, que não iríamos deixar ninguém para trás, e foi exatamente isso que aconteceu.

Em todo este esforço não estivemos sós. Ao nosso lado estiveram os oeirenses que, com espírito solidário, esgotaram as necessidades da bolsa de voluntariado. Foram centenas de pessoas que disseram presente desde o primeiro momento, ultrapassando os normais receios de uma doença que ninguém conhecia.

Estiveram também as Instituições de Solidariedade Social, como a título de exemplo, a Misericórdia de Oeiras ou o Centro Sagrada Família de Algés, que prepararam milhares de refeições para entrega em casa.

Connosco estiveram ainda os médicos, os enfermeiros, os bombeiros, os agentes da autoridade, os taxistas ou os condutores dos autocarros que não ficaram em casa, que asseguraram que a vida continuava.

Quando dizemos “connosco”, referimo-nos não ao Executivo Municipal, que em Oeiras nunca ficou em casa, exceto quando a doença obrigou, mas ao excepcional corpo de funcionários municipais que cedo compreendeu que tínhamos de ser também nós a garantir a segurança e o bem-estar da nossa comunidade.

A todos Vós o nosso muito obrigado!

Agora que pandemia parece terminar, eis que somos sugados novamente para o vórtice da história e recordados que, ao contrário do que muitos sugeriam, a pandemia não era uma guerra, nada é como uma guerra.

A guerra é um acontecimento disruptivo e destruidor. Destruidor de sociedades. Destruidor de vidas. Destruidor de gerações. Destruidor de esperanças. Guerra é destruição.

Pensávamos que, na nossa ilha de paz, estávamos livres de guerras. Que a guerra era um fenómeno histórico, do qual tínhamos tirado os ensinamentos necessários, de modo a não o repetir.

Somos agora recordados que a história não morre, a história continua sempre, e quão importante é as sociedades de decência estarem armadas. As democracias não podem voltar a cometer o erro de se desarmarem, acreditando na bondade alheia.

Há sempre um prepotente. Há sempre um ditador. Há sempre quem não olhe a vida humana com o mesmo valor que nós olhamos. Há sempre quem queira manipular. Há sempre quem queira enganar.

Neste tempo de choque com a guerra e com o sofrimento do povo ucraniano, e também com o povo russo, que vive subjugado a um ditador, importa que tenhamos em perspectiva que os prepotentes e os ditadores não são um exclusivo dos outros povos.

A semente e a ameaça do iliberalismo, está presente a cada momento do nosso quotidiano. As sociedades de direitos e valores que construímos são, por natureza, generosas e permissivas à intromissão dos seus inimigos, ao ponto de os tolerarmos.

A máxima de Voltaire, “posso não concordar com o que diz, mas defenderei até à morte o seu direito de o dizer” é correta, do ponto de vista da liberdade de expressão, mas não pode ser levada ao limite de permitir a existência de grupos políticos, cujo objetivo seja o da adulteração da ordem constitucional que protege o nosso modo de vida democrático.

A Liberdade é para todos, exceto para os inimigos da Liberdade!

O pior erro de um democrata é não reconhecer as fragilidades dos nossos sistemas políticos, particularmente em tempos como estes, nos quais as ameaças com que nos confrontamos têm implicações na qualidade de vida das populações.

Os inimigos da Liberdade vivem dos medos, das deceções e das frustrações das populações. Por isso as alterações climáticas são utilizadas por uns e a imigração ou os ciganos por outros. Por que

aqueles que as instrumentalizam sabem que há público para a sua ópera bufa.

Não falta quem, perante a possibilidade de um cataclismo ambiental, entre em pânico e esteja disposto a abdicar de tudo em favor da sobrevivência. Ouvindo a pregação como se esta fosse a verdade máxima, e como se as opções que nos dão abrissem as portas do paraíso.

Na verdade, o que se pode dizer quando se anuncia para um momento próximo o fim do planeta ou, numa visão fundamentalista e de terror, se responsabiliza a humanidade por todos os males, indo ao ponto de desvalorizar a dignidade humana, em prol de valorização de pseudo valores ambientais?

Não pode ser incompatível a construção de casas em betão para as famílias que não têm casa, com a preservação de terrenos necessários à preservação de espécies na natureza.

As alterações climáticas estão aí. Só as não vê quem não quer. Mas se querem mobilizar os cidadãos para comportamentos, ações ou omissões, de um ponto de vista ambientalmente correto, há que atuar pela preservação, pela reutilização e pela pedagogia. Não pelo terror ou pela manutenção da situação indigna que tantas famílias ainda vivem. Esta é a grande responsabilidade de líderes políticos, ativistas ambientais e cidadãos mais esclarecidos.

O mesmo se passa para quem sente que as suas expectativas profissionais ou pessoais não estão cumpridas. Que sentem que trabalham muito, e sabemos que os portugueses estão entre os povos que mais horas trabalham na União Europeia. Por que razão,

se estudei tanto, não tenho o emprego dos meus sonhos? Por que razão, se trabalho tanto, não ganho mais?

Aqui também aparece um pregador zangado, indignado com a injustiça, berrando palavras fortes, vendendo a culpa de uns e a solução única: mudar o sistema.

(É preciso reformar o sistema? É preciso reformar o sistema. Pode ser reformado? Pode. Mas sem tocar na matriz democrática essencial dos Direitos Fundamentais.)

De ambos os lados, a solução é a mesma: mudar o sistema. Mudar “o sistema” é pôr em causa a democracia. Seria mais honesto se o dissessem, mas sabem que isso não podem dizer.

A força da democracia é tal que, até mesmo estes não democratas, se dizem democratas, para não serem imediatamente expostos pela fraude política que são, como há poucos dias dizia o filósofo José Gil.

Todos os extremistas e populistas vivem da instrumentalização do medo alheio, mas “nada temos a temer senão o próprio medo”.

O medo é um produto de um cérebro inteligente, que nos mantém alertas perante as ameaças. Porém, perante o medo, podemos optar como reagir. Podemos sempre escolher entre a cobardia e a coragem.

Olhemos, pois, o exemplo de coragem que nos chega da Ucrânia. Saibamos nós ser também corajosos e afirmar que, por nós, os prepotentes não passarão.

Mais do que nunca as democracias precisam de quem as ame, de quem tenha coragem de afirmar a superioridade dos seus valores e não sucumbir aos prepotentes.

Também por essa razão, por sabermos que esta guerra da democracia contra os iliberais é a nossa guerra, temos sido solidários com o esforço ucraniano. Recebemos, com dignidade, os refugiados que o Alto Comissariado para as Migrações nos solicita, e já enviámos mais de cento e cinquenta toneladas de donativos de oeirenses, cidadãos e empresas.

Somos agora perante a guerra, como fomos durante a pandemia, uma comunidade justa e solidária, quer com a nossa dificuldade, quer com a dificuldade alheia.

Permitam-me citar uma passagem de John Donne, não é a primeira vez que a cito, mas, mais do que nunca, é atual:

“Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por ti.”

Neste tempo que estamos tão diminuídos com o sofrimento dos nossos semelhantes, querer parar os sinos que dobram é estar à ordem do nosso modo de vida e afirmar: NÃO PASSARÃO!

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A forma mais adequada de combater os inimigos da democracia é através de verdade e conhecimento.

A educação e o conhecimento são os principais motores de transformação social, libertando o talento e materializando a igualdade de oportunidades, salvaguardando outro princípio fundamental: o da Igualdade.

A Educação e o conhecimento são também responsáveis por gerar cidadãos esclarecidos, mais habilitados a formar a sua própria opinião, pensar pela sua cabeça, melhor se defendendo daqueles que os pretendem instrumentalizar.

Por tudo isto fizemos da Educação e da Ciência prioridades da nossa ação governativa.

A Educação esteve sempre presente nas políticas públicas de Oeiras, porém, no último mandato fomos mais longe: iniciámos um processo de reabilitação e requalificação de todo o parque escolar do Concelho, que estará concluído, na sua maior parte, até final deste mandato.

Mas se a obra material importa, de modo a dar condições à comunidade educativa, talvez mais importante seja o que está em curso para além do visível. Salientamos o desenvolvimento do programa Oeiras Educa, que abre novas possibilidades para desenvolvimento das condições de aprendizagem dos alunos, possibilitando mais transportes, mais e melhores visitas, mais e melhores atividades complementares e a utilização das novas tecnologias em toda a sua extensão, com o Oeiras Educa 4.0 (Quatro

Ponto Zero), que termina agora a sua fase piloto e será alargada a todas as escolas do Concelho.

Mas a medida mais emblemática no respeito pela igualdade de oportunidades é a marca única, atingida este ano, de universalização do acesso ao ensino superior. Não haverá nenhum jovem do nosso Concelho que, terminando o liceu, e querendo seguir para a universidade, não o faça. Não há limites ou números clausus, por que a todos, a Câmara Municipal paga as propinas. É a universalização do acesso à Universidade.

Esta é uma das mais importantes medidas tomadas pelo Município nas últimas décadas, trará para o “sistema” o talento de milhares de jovens de Oeiras que, de outra forma, não estaria ao serviço da comunidade.

O talento destes jovens era, em grande medida, desperdiçado pela comunidade. Com esta medida damos a possibilidade de singrarem na vida, explorando ao limite as suas próprias capacidades, mas, paralelamente, colocamos o seu talento a favor da nossa comunidade local e, necessariamente, nacional.

Mas a nossa aposta não se fica por aqui. Se a pandemia nos ensinou a importância da ciência na nossa própria vida, e ainda que tenhamos apoiado, desde sempre, as universidades e institutos de investigação do Concelho, decidimos, também aqui inovar: dedicando um por cento do orçamento municipal à ciência e à investigação científica.

Nos últimos anos, realizámos o Festival Internacional de Ciência de Oeiras, o FICA, com uma adesão absolutamente extraordinária da

comunidade científica e escolar, desafiando a curiosidade natural de milhares de jovens de Oeiras e chamando-os ao conhecimento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Aqui chegados, importa saber que Oeiras projetamos para o futuro.

O Concelho que queremos é o que continuamente vimos sonhando, desde mil novecentos e oitenta e cinco: um Concelho cuja governação respeite, ao nível local, o “contrato” que os munícipes entendem dever cumprir-se.

Um Concelho cuja governação entenda o que é uma comunidade de Direito e de direitos, no qual a justiça e a coesão social sejam o fim último, onde impere o respeito pela dignidade de cada um e que cada um seja também respeitado nos seus sonhos e ambições.

Quando este Executivo tomou posse, em dois mil e dezassete, encontrámos oitenta milhões de euros no banco. Zero projetos, zero ambição e nenhuma inovação.

Cinco anos passados, está em curso a contratualização de um empréstimo no valor de trinta e sete milhões de euros, todos eles respeitantes a investimentos estruturantes para o futuro do nosso Concelho e para o futuro da nossa comunidade.

Como sempre, nem um cêntimo deste empréstimo será para despesas correntes ou supérfluas. Com estes investimentos, que representam boa despesa pública, estamos a antecipar qualidade de vida, estamos a construir o nosso futuro comum.

São investimentos para servir melhor a população de Oeiras.

Serviremos melhor a nossa comunidade quando o novo edifício administrativo da Câmara estiver concluído, agregando no mesmo espaço serviços, diminuindo custos de gestão e ineficiências desnecessárias.

Mas será também um edifício para dignificação dos trabalhadores do Município, que finalmente terão condições de trabalho ao nível do esforço que diariamente colocam a favor do bem da comunidade.

Serviremos melhor as nossas empresas quando finalmente pudermos ver concluído o centro de congressos e exposições, essencial para servir o tecido empresarial que constrói o nosso bem-estar.

Na dimensão empresarial teremos novidades dentro de poucos meses, com a inauguração do World Trade Center, que integrará a rede mundial de escritórios com mais elevado padrão de qualidade, e que criará mais alguns milhares de empregos no nosso Concelho.

Também na dimensão empresarial, está já constituída a “Oeiras Valley Investment Agency – OVIA”, com apoio municipal, mas constituída apenas por privados. O consenso das empresas em torno desta agência é sinal da dinâmica e da pujança económica do Concelho.

Continuamos, pois, a erguer os equipamentos que constroem o nosso modelo de desenvolvimento. Creches, escolas, auditórios, piscinas, quartéis de bombeiros, esquadras de polícia, vias de circulação, jardins, passeios ribeirinhos, etc.

Mas a Oeiras do futuro é também a mesma que respeita o passado. Depois de anos de negociações, assegurámos, no final do mandato anterior, a gestão da Quinta de Cima do Marquês de Pombal e do Mosteiro da Cartuxa.

No primeiro caso, estão já em curso as obras para evitar danos maiores nos edifícios deixados ao abandono durante décadas, pelo Estado.

No segundo caso, está em curso o projeto de requalificação do espaço e transformação daquele mosteiro num importante centro de arte contemporânea, em Oeiras.

Estes novos equipamentos juntam-se à extraordinária recuperação realizada na Fábrica da Pólvora de Barcarena, que conhecerá, nos próximos anos, novo impulso, com a recuperação da chamada “Fábrica de Cima”.

Também ao nível patrimonial, está em curso a primeira intervenção de recuperação integral do Palácio dos Marqueses de Pombal desde há dois séculos. (É a primeira obra à sério que tem).

A Oeiras do futuro é a que continua a respeitar o seu legado longínquo, de Pombal, e o seu legado próximo, da transformação das últimas décadas.

Estamos, pois, como comunidade preparados para os desafios que se antecipam no século XXI. Para as alterações climáticas e defesa do meio ambiente, que praticamos desde que se iniciou o ciclo inicial de transformação do Concelho.

Estamos organizados para as transições que estão em curso, energética e digital, e para a mudança que se antevê venha a acontecer no que se solicitará aos cidadãos do futuro mercado de trabalho, no qual a inteligência artificial tendencialmente substituirá as funções onde não seja necessário conhecimento e criatividade humana.

Continuaremos a procurar a criação de riqueza, de modo a podermos distribuí-la com justiça, materializando os direitos fundamentais que a nossa ordem democrática promove.

Somos uma comunidade de integração de todos, com mais de cem nacionalidades, onde todos são bem-vindos e onde não há espaço para a discriminação. São bem-vindos todos os que vêm por bem.

Somos também uma comunidade de interação entre pessoas, com espaços de aprendizagem, de trabalho e de lazer de elevada qualidade. Com segurança pública e segurança social. Com conhecimento e cultura acessíveis a todos.

Uma palavra para todos os homenageados de hoje:

Justifica-se a atribuição destas condecorações a pessoas e entidades, porquanto esta é a forma de expressar reconhecimento a quem, de forma direta ou indireta, contribuiu, por vezes ao longo de uma vida, para que Oeiras seja o que é hoje: um Concelho vibrante, uma comunidade com qualidade de vida e bem-estar, do qual os Oeirenses usufruem com alegria e felicidade.

Permitam-me uma referência a dois dos condecorados de hoje, como exemplo de contribuição para o desenvolvimento do nosso Concelho.

A doutora Francisca Van Dunem que, enquanto Ministra da Justiça e mulher da Cultura, soube compreender o significado da transferência do Mosteiro da Cartuxa para a esfera de gestão do Município. O subdiretor-geral do Tesouro, Miguel Marques Santos, tem feito um excelente trabalho.

O doutor José Constantino, pessoa muito querida que aqui se encontra, porque dedicou parte substancial da sua vida a Oeiras: como Técnico e Dirigente da Câmara e empresas Municipais, (agora no Comité Olímpico de Portugal) deixando, entre outras, marca indelével naquilo que são ainda hoje políticas desportivas de atividade física de Oeiras.

Todos, nas suas áreas de atividade, deram o melhor de si em prol deste território e dos Oeirenses

Somos uma comunidade de todos e para todos, onde o futuro se sonha e faz todos os dias.

Viva Oeiras!

Viva Portugal!